

SUMÁRIO

Nota prévia do coordenador à 2ª edição	13
Capítulo I	
REDESCOBRINDO AS FRONTEIRAS DO DIREITO CIVIL: UMA VIAGEM NA PROTEÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA	19
<i>Cristiano Chaves de Farias</i>	
Capítulo II	
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	23
<i>Paulo Luiz Netto Lôbo</i>	
1. O aparente paradoxo: a constitucionalização do direito civil	23
2. Publicização e constitucionalização: uma distinção necessária	24
3. As etapas do constitucionalismo e a evolução contemporânea do direito civil. Codificação	25
4. Inserção do direito civil no Estado social	27
5. Descodificação do direito civil	27
6. Tradição patrimonialista do direito civil e as tendências de repersonalização	29
7. Natureza das normas e princípios constitucionais, relacionados ao direito civil	30
8. Fontes constitucionais do direito de família	31
9. Fontes constitucionais da propriedade	33
10. Fontes constitucionais do contrato	35
11. À guisa de conclusão	37
Capítulo III	
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O PROBLEMA DO “HATE SPEECH”	39
<i>Daniel Sarmiento</i>	
1. Introdução	39
2. O “Hate Speech” no Direito Comparado	42
2.1. Estados Unidos	43
2.2. Canadá	53
2.3. Alemanha	57
3. O <i>Hate Speech</i> e o Sistema Internacional dos Direitos Humanos	63

4. Os Argumentos Teóricos.....	67
4.1. O <i>Hate Speech</i> e a “Busca da Verdade”	67
4.2. <i>Hate Speech</i> , Democracia e Autogoverno	70
4.3. <i>Hate Speech</i> , Autonomia e Livre Desenvolvimento da Personalidade.....	75
4.4. Tolerância e <i>Hate Speech</i>	76
4.5. Os Danos às Vítimas do <i>Hate Speech</i>	79
4.6. A Eficiência da Repressão ao <i>Hate Speech</i>	80
5. O Tratamento ao <i>Hate Speech</i> no Direito Constitucional Brasileiro.....	83
6. O Caminho do Meio	90

Capítulo IV

LIBERDADE DE EXPRESSÃO <i>VERSUS</i> DIREITOS DA PERSONALIDADE. COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO	97
---	-----------

Luís Roberto Barroso

Introdução: colocação do problema	97
1. Alguns aspectos da moderna interpretação constitucional	98
1.1. A interpretação jurídica tradicional	98
1.2. A nova interpretação constitucional	99
1.2.1. O fenômeno da colisão de direitos fundamentais	101
1.2.2. A técnica da ponderação.....	105
2. A liberdade de informação e expressão e os direitos da personalidade: ponderação de bens e valores constitucionais	109
2.1. A questão sob a ótica constitucional.....	109
2.1.1. Direitos constitucionais da personalidade.....	109
2.1.2. Liberdades constitucionais de informação e de expressão e a liberdade de imprensa.....	115
2.1.3. Parâmetros constitucionais para a ponderação na hipótese de colisão	123
2.2. A questão sob a ótica infraconstitucional. Parâmetros criados pelo legislador para a ponderação na hipótese de colisão	126
2.2.1. Interpretação constitucionalmente adequada do art. 21, § 2º da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967)	127
2.2.2. Interpretação constitucionalmente adequada do art. 20 do novo Código Civil.....	129
2.3. Solução da ponderação na hipótese em estudo.....	132
2.4. Conclusões.....	134

Capítulo V	
DIREITO DE RECUSA A TRATAMENTO	
TRANSFUSIONAL EM FACE DE CONVICÇÃO	
RELIGIOSA COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL.....	137
<i>Gabriela Lopes de Almeida</i>	
1. O fenômeno de constitucionalização do Direito Civil.....	137
1.1. A preponderância da norma constitucional	137
1.2. A evolução histórica do direito civil no Brasil	139
1.2.1. O advento do Código Civil de 1916.....	139
1.2.2. O fenômeno de descentralização	
do Código Civil em relação ao Direito Civil	140
1.2.3. A norma constitucional e	
as suas influências sobre o Direito Civil	141
2. A pessoa humana e a proteção constitucional.....	144
2.1. Um bosquejo conceitual sobre a pessoa humana	144
2.2. O direito à vida	145
2.3. O direito à vida com dignidade	147
2.4. O direito à saúde	150
2.5. Liberdade de religião: liberdades de crença e de culto.....	152
3. A testemunha de jeová e os fundamentos	
para a não transfusão de sangue.....	155
4. Recusa a transfusão de sangue por convicções religiosas	
– uma colisão de princípios: direito à vida digna	
<i>versus</i> direito à liberdade de crença e de culto	156
4.1. A interpretação constitucional	156
4.1.1. A evolução rumo a uma nova interpretação constitucional....	156
4.1.2. Princípios da interpretação constitucional	158
4.1.3. A técnica de ponderação de interesses	
na colisão de direitos fundamentais	160
4.1.4. O princípio da dignidade da pessoa humana como valor	
preponderante para a solução dos conflitos de interesse.....	161
4.2. Direito à vida <i>versus</i> direito à liberdade de crença	
e de culto: solução a partir de ponderação	
de interesses respeitando a vida digna do paciente	162
4.3. Situações excepcionais	167
4.3.1. Perigo iminente de morte	167
4.3.2. A questão relativa aos pacientes menor e incapaz	170
4.4. A posição dos tribunais em relação à recusa de tratamento	
transfusional pelo testemunha de jeová.....	172

5. Conclusão	174
Referências.....	176

Capítulo VI

PRESCRIÇÃO: DA EXCEÇÃO À OBJEÇÃO	181
---	------------

Nelson Rosenvald

1. A prescrição como Fato Gerador de uma Exceção de Direito Material	181
2. A Prescrição como Objeção.....	187
3. Repercussões Materiais e Processuais da Inovação Legislativa.....	189
4. Críticas à Inovação Legislativa.....	193
Bibliografia	199

Capítulo VII

ALGUNS ASPECTOS DA APLICAÇÃO DA PROIBIÇÃO DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM NO PROCESSO CIVIL.....	201
--	------------

Fredie Didier Júnior

1. Consideração introdutória.....	201
2. O sistema de invalidades processuais e a proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	202
3. Preclusão lógica	207

Capítulo VIII

DIREITO À PROCRIAÇÃO, TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA E A PROIBIÇÃO DE VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM – A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA E O COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)	211
---	------------

Wagner Mota Alves de Souza

1. Introdução	211
2. Sobre o Direito de Procriar	212
2.1. Os Problemas que envolvem a esterilidade e a infertilidade.....	212
2.2. O Direito de Procriar.	215
3. As técnicas de reprodução humana medicamente assistida e modalidades de inseminação	220
3.1. A Inseminação Artificial Heteróloga	222
4. A Proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	223
4.1. O Comportamento Contraditório do Cônjuge ou Companheiro(a) ..	224
4.2. Aplicabilidade ao Direito de Família	228
5. Conclusão	229
6. Referências	229

Capítulo IX

A BOA-FÉ OBJETIVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E NO NOVO CÓDIGO CIVIL 233

Gustavo Tepedino

Anderson Schreiber

1. Gênese da boa-fé objetiva no direito brasileiro.
A boa-fé nas relações de consumo. A confusão entre os fins do Código de Defesa do Consumidor e a função da boa-fé objetiva..... 233
2. A boa-fé objetiva no novo Código Civil.
Riscos de uma invocação vazia de conteúdo 237
3. A chamada tríplice função da boa-fé objetiva.
A questão central dos deveres anexos..... 238
4. Os limites da boa-fé objetiva. A função social e econômica do contrato 240
5. O não-sacrifício de posições contratuais.
A legitimidade das situações de vantagem 242
6. A boa-fé objetiva nas relações mercantis e societárias. Os diferentes níveis de boa-fé..... 243
7. Conclusão 245

Capítulo X

A TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL (“SUBSTANCIAL PERFORMANCE”) DO NEGÓCIO JURÍDICO COMO ELEMENTO IMPEDIENTE AO DIREITO DE RESOLUÇÃO DO CONTRATO 247

Jones Figueirêdo Alves

1. Introdução 247
 2. Breve lineamento histórico 248
 3. Jurisprudência aplicada..... 251
 4. Problematização pontual..... 253
 5. Conclusões 255
- Resenha bibliográfica..... 255

Capítulo XI

**MIRADAS SOBRE A CLÁUSULA PENAL 257
NO DIREITO CONTEMPORÂNEO – À LUZ DO DIREITO CIVIL-
CONSTITUCIONAL, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E DO CDC..... 257**

Cristiano Chaves de Farias

1. Noções propedêuticas sobre a cláusula penal 257
2. Forma e objeto 260
3. Função da cláusula penal 261
4. Cabimento..... 262

5. Modalidades e respectivos caracteres	263
5.1. Regras gerais e fundamentais	263
5.2. A imutabilidade relativa da cláusula penal e a possibilidade de revisão judicial	264
5.3. A cláusula penal e o prejuízo sofrido pelo credor	266
6. Limite valorativo da cláusula penal.....	267
6.1. Noções gerais.....	267
6.2. O Código de Defesa do Consumidor.....	268
6.3. A Lei de Usura.....	270
6.4. Outros dispositivos legais (as promessas de compra e venda e a taxa condominial)	271
6.5. A questão na ótica do Direito Civil-Constitucional.....	271
7. A questão dos honorários advocatícios, custas processuais e juros.....	274
8. Momento da exigibilidade da cláusula penal.....	275
9. Achegas para a compreensão da cláusula penal consentânea com os paradigmas do novo Direito Civil.....	275
Bibliografia	277

Capítulo XII O ESTATUTO CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA.....	279
<i>Luiz Edson Fachin</i>	

Capítulo XIII DIREITO À PROPRIEDADE. DO DISCURSO À REALIDADE	283
<i>Eusebio Carvalho</i>	
1. Introdução	283
2. Realidade brasileira	284
3. Dados oficiais sobre a concentração de renda (índice Gini) e o Índice de Desenvolvimento Humano Brasileiro (IDH)	285
4. O direito de propriedade e a constituição	286
5. Um direito fragmentado.....	288
6. A constante tensão entre posse e propriedade	290
7. Os não proprietários. Acessibilidade aos bens.....	293
8. Você tem fome de quê? Você tem sede de quê?.....	294
Bibliografia	295

Capítulo XIV DA SOLIDARIEDADE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EM FAVOR DO IDOSO	297
<i>Pedro Lino de Carvalho Júnior</i>	

SUMÁRIO

1. Introdução	297
2. Os reflexos do estatuto do idoso nas relações jurídico-familiares	298
3. Da solidariedade da obrigação alimentar em favor da pessoa idosa.....	300
4. Conclusões.....	309
Referências bibliográficas	309

Capítulo XV

O MOMENTO DA DISSOLUÇÃO

DO CASAMENTO DO AUSENTE	311
--------------------------------------	-----

Jayme de Souza Vieira Lima Filho

Introdução	311
1. A dissolução do matrimônio como efeito da ausência.....	313
2. Situando o problema: o momento caracterizador da dissolução do vínculo matrimonial na ausência	314
3. A definição civil-constitucional do momento da dissolução do casamento do ausente	319
Conclusão.....	323
Bibliografia	324

Capítulo XVI

CONCORRÊNCIA SUCESSÓRIA

DO COMPANHEIRO SOBREVIVO	327
---------------------------------------	-----

Aldemiro Rezende Dantas Junior

Introdução	327
1. Considerações gerais acerca do artigo 1.790	328
1.1. O objeto da sucessão pelo companheiro sobrevivente	333
1.1.1. O direito real de habitação	334
1.2. A concorrência com filhos comuns.....	338
1.2.1. Filhos comuns ou descendentes comuns?	338
1.3. A concorrência com descendentes exclusivos do autor da herança.....	340
1.4. A situação híbrida: a existência simultânea de filhos comuns e de filhos exclusivos do falecido	341
1.5. A concorrência com outros parentes sucessíveis.....	342
1.6. A (im)possibilidade de exclusão do companheiro da herança.....	343
2. A inconstitucionalidade do tratamento dado ao companheiro	347
3. Uma proposta radical	354
4. Conclusão	356
Bibliografia	357

Capítulo XVII

**A INCONSTITUCIONALIDADE DA SUCESSÃO
DO COMPANHEIRO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002:
PROPOSTA DE COMPATIBILIDADE
COM A LEGALIDADE CONSTITUCIONAL.....**

.....	359
<i>Larissa Cavalcanti Cintra</i>	
1. A ordem constitucional e a sua força vinculante	359
2. A família na constituição federal de 1988	362
3. Os direitos sucessórios dos cônjuges.....	368
4. A inconstitucionalidade da sucessão do companheiro.....	378
4.1. A Sucessão do Companheiro nas Legislações Anteriores: Lei nº 8.971/94 e Lei nº 9.278/96.....	379
4.2. A Sucessão do Companheiro na Legislação Atual: o artigo 1.790, a restrição do <i>caput</i> e sua ordem.....	380
4.3. Disparidades entre a Regra Sucessória do Companheiro e do Cônjuge – A Inconstitucionalidade do Artigo 1.790 do Código Civil de 2002	389
Referências bibliográficas.....	394